



143
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap nº 0236285-0

COMARCA: Recife

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Antonio Carlos Estandislau Lins

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE DE REEXAME DA CAUSA. 1. Na hipótese vertente, ratificou-se, integralmente, a fundamentação expendida no voto condutor do acórdão embargado, cujo teor contemplou todos os aspectos relevantes para a resolução da controvérsia. 2. De fato, o acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria. 3. Com efeito, é cediço que *“o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.”* (Superior Tribunal de Justiça: EDcl no REsp 856315/SC). 4. Embargos declaratórios conhecidos porém improvidos, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0236285-0, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade dos votos, em negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 12 de maio de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



144
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap nº 0236285-0
COMARCA: Recife
EMBARGANTE: Estado de Pernambuco
EMBARGADO: Antonio Carlos Estandislau Lins
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração**, para fins de prequestionamento, interpostos pelo Estado de Pernambuco em face de acórdão proferido nos autos da Apelação nº 0236285-0, pelo qual se **negou provimento ao reexame necessário**, prejudicado o apelo fazendário, em ordem a manter a sentença *a quo* em todos os seus termos.

A decisão embargada restou assim ementada:

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. APOSENTADORIA. PAGAMENTO EM PECÚNIA. MODIFICAÇÃO NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL. DIREITO ADQUIRIDO. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO. APELO FAZENDÁRIO PREJUDICADO. 1. Aplica-se à espécie o entendimento firmado do julgamento dos EI nº 1337197, realizado pelo 1º Grupo de Câmara Cível (DJ de 21/03/2012), segundo o qual *"tendo o servidor se aposentado sem gozar a licença prêmio ou utilizá-la para fins de aposentadoria, tem direito de receber a referida licença, em pecúnia, desde que tenha preenchidos os requisitos para a concessão da licença até a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 16/99 do Estado de Pernambuco, que se deu em junho de 1999"* (com ressalva do entendimento pessoal do relator). 2. No caso dos autos, quando da edição da Emenda Constitucional do Estado de Pernambuco nº 16/99, o apelado já havia adquirido o direito a duas licenças-prêmio, sendo, que dos seis meses referentes ao 2º decênio, cinco foram computados como tempo de serviço para fins de aposentadoria, tendo o autor/apelado, portanto, direito à conversão em pecúnia apenas dos seis meses do 1º decênio e de um mês do 2º decênio, perfazendo um total de sete meses, conforme decidido na sentença. 3. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo fazendário.

Argúi o Estado embargante, em suas razões recursais, que: (i) a razão do prequestionamento reside na necessidade deste Tribunal pronunciar-se explicitamente acerca da violação ao artigo 6º, *caput* e § 2º, do Decreto Lei nº 4.657/42, e ao artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República; (ii) o acórdão impugnado não teria aplicado de forma irrepreensível o conceito de direito adquirido, isso porque o referido conceito somente se caracterizaria a partir da efetivação de dois requisitos básicos, quais sejam: 1) preenchimento de pressupostos legais específicos por parte do interessado; 2) incorporação da situação jurídica consolidada ao patrimônio jurídico do interessado.

É o essencial a relatar.

Na hipótese vertente, e com a devida vênia, tenho por improcedente a pretensão recursal ora submetida a julgamento.



145

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

De proêmio, anoto que não houve descumprimento ao artigo 6º, *caput* e § 2º, do Decreto Lei nº 4.657/42, e ao artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República, posto que acórdão recorrido fundou-se em jurisprudência pacífica deste Tribunal de Justiça, inexistindo necessidade de pronunciamento expresso acerca de dispositivos invocados na tese manifestada no recurso.

Com efeito, é cediço que *“o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.”* (Superior Tribunal de Justiça: EDcl no REsp 856315/SC.)

Deveras, ficou consignado no voto condutor o entendimento deste Tribunal de Justiça – inclusive com precedentes – no sentido de que *“tendo o servidor se aposentado sem gozar a licença prêmio ou utilizá-la para fins de aposentadoria, tem direito de receber a referida licença, em pecúnia, desde que tenha preenchidos os requisitos para a concessão da licença até a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 16/99 do Estado de Pernambuco, que se deu em junho de 1999.”* (EI 1337197 PE. Relator: Des. Francisco Eduardo Goncalves Sertorio Canto. Julgado: 21/03/2012).

Em reforço, peço licença para ratificar, integralmente, a fundamentação expendida no voto condutor do acórdão embargado, cujo teor contemplou todos os aspectos relevantes para a resolução da controvérsia trazida a esta instância recursal:

“Conforme antedito, cuida-se de apelação cível interposta contra sentença que julgou improcedente o pleito de conversão em pecúnia de licenças-prêmio não gozadas.

O cerne da questão versa sobre a existência, ou não, no caso, de direito à percepção em pecúnia de licença-prêmio não gozada, quando da passagem do servidor para a inatividade.

Passo, pois, a analisar a existência, ou não, dos requisitos necessários à conversão pretendida.

Da análise dos autos, observo, às fls. 15/16, parecer do departamento de apoio técnico e legislativo em que consta informação segundo a qual o autor efetivamente prestou serviço durante um decênio.

Verifico, porém, que, segundo afirma a inicial (fls. 3), o *pedido de aposentadoria* foi apresentado em 17 de junho de 2001, ocasião em que já estava em vigor a Emenda Constitucional nº 16/99, a qual, alterando substancialmente o teor do art. 131, § 7º, da Constituição Estadual, passou a admitir a percepção em pecúnia de licença-prêmio não gozada apenas por motivo de falecimento do servidor em atividade.

De fato, a teor do que dispõe o art. 131, § 7º, da Constituição do Estado de Pernambuco, com redação dada pela EC nº 16/99, vigente à época da passagem para a inatividade, existia óbice constitucional à percepção em pecúnia da licença-prêmio não gozada, ao tempo da aposentadoria do servidor público:

Art. 131. A despesa com o pessoal ativo e inativo do Estado e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.
(...)





146

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

§7º. É vedado o pagamento ao servidor público, ao militar do Estado e aos empregados das entidades da administração indireta que recebam transferência do tesouro:

(...)

III – de férias e licença-prêmio não gozadas, salvo, quanto a última, por motivo de falecimento do servidor em atividade.

(Não há grifos no original)

Por conseguinte, observo que a única ressalva feita pela Constituição Estadual, permitindo a percepção da licença-prêmio em pecúnia, consiste exatamente no falecimento do servidor em atividade.

Por essa razão, penso que o autor/apelado não faz jus ao recebimento em pecúnia das licenças-prêmio não gozadas.

Acrescento, de todo modo, que não me parecem aplicáveis à espécie os precedentes jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça que, com base na teoria da vedação do enriquecimento sem causa da administração, asseguram a conversão em pecúnia de licenças-prêmio não gozadas nem computadas para efeito de aposentadoria, *por necessidade de serviço*.

Isso porque, do exame dos autos, não visualizo nenhum elemento de convicção que permita inferir que a administração tenha a qualquer título obstado o gozo, *in natura*, das referidas licenças.

Não obstante, este Tribunal sufragou, por amplíssima maioria, entendimento diverso, consoante se vê dos seguintes julgados:

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. PAGAMENTO EM PECÚNIA. MODIFICAÇÃO NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL. DIREITO ADQUIRIDO. SENTENÇA MANTIDA EM SUA INTEGRALIDADE. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. POR UNANIMIDADE. 1.O autor pleiteia o pagamento dos valores referentes aos períodos de licença-prêmio não gozadas (06 meses do 1º decênio e 06 meses do 2º decênio), diante da negativa da administração quando de sua aposentadoria que se deu em 03/08/2001. 2.Diante dos fatos narrados, bem como dos documentos colacionados, verifica-se que razão assiste ao autor/recorrido, posto que as alterações posteriores na legislação estadual não podem atingir o direito adquirido do autor, sobretudo porque se encontra amparado no artigo 112 da Lei Estadual nº 6.123/68, vigente na época da concessão das licenças-prêmio. 4.O Estatuto dos Servidores do Estado de Pernambuco assegura a percepção em pecúnia da licença prêmio não gozada, no entanto, após a reforma administrativa na esfera federal implementada pelas Emendas Constitucionais 19 e 20, alguns dispositivos da Constituição Estadual foram adequados ao texto da Carta Maior, através da EC 16/99, dentre eles o que vedou a percepção em pecúnia da licença prêmio não gozada (art. 131, § 7º, III, da Constituição Estadual). 5.Ressalte-se, ainda, que a Constituição Estadual, apesar das modificações implementadas, assegurou o respeito ao direito dos servidores, destacando aqueles que já cumpriram os requisitos para usufruí-los, como é o caso do autor/recorrido, que cumpriu os requisitos ao gozo da licença prêmio em momento anterior a essas modificações, ficando, dessa forma, amparado pelo instituto do direito adquirido, como bem foi julgado pelo juízo a quo. 6.Precedentes desta Egrégia Corte e do Superior Tribunal de Justiça (Apelação Cível 112520-0; Embargos de Declaração 107330-3/01 e AgRg no REsp 678546 / SC). 7.Por unanimidade, NEGOU-SE PROVIMENTO ao



1412
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

presente recurso. (AGRAVO 185686-6/01, Rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, 7ª Câmara Cível, DJ de 15/06/2010).

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. ARGUMENTOS REPETITIVOS. MATÉRIAS JÁ ANALISADAS NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. DIREITO DO AGRAVADO AO RECEBIMENTO DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA E CONVERTIDA EM PECÚNIA. PREENCHIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA LICENÇA PRÊMIO ANTES DA EDIÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 16/99. DIREITO ADQUIRIDO. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1-Todos os questionamentos feitos no presente recurso foram rebatidos na decisão terminativa prolatada na Apelação Cível nº 0131717-5. 2- Insiste o recorrente, basicamente, nos mesmos argumentos contidos no recurso de apelação cível em apenso, in casu, aduz que o recorrido não possui direito à conversão de licença prêmio não gozada em pecúnia, pois os servidores públicos estatutários não possuem direito adquirido a regime jurídico. Além disso, ainda, ressaltou que não há lei em que se respaldo a possibilidade de conversão da licença prêmio em pecúnia, conforme pleiteado pelo recorrido. 3-Destarte, compulsando os autos, verifico que foi demonstrado que o artigo 98, § 2º, inciso V, da Constituição do Estado de Pernambuco previa a possibilidade da conversão em pecúnia do valor referente às licenças-prêmio nos casos de falecimento ou de aposentadoria do servidor. Para tanto, exigia-se os seguintes requisitos: que não tivesse sido contado para efeito de aposentadoria o tempo relativo as licenças-prêmio e que o período da licença não tivesse sido usufruído pelo servidor. 4-Nesse andar, ressalta-se que, foi reconhecido que esse direito de conversão da licença prêmio em pecúnia no caso de aposentadoria do servidor veio a ser suprimido pela Emenda Constitucional 16/99; entretanto, o artigo 253 das Disposições Constitucionais Finais assegurou os direitos aos servidores até então adquiridos. 5- Diante desse contexto, em razão do servidor, ora apelado, ter atendido todos os requisitos necessários ao recebimento do valor referente às licenças-prêmio antes da vigência da supramencionada Emenda, conforme foi devidamente demonstrado na decisão fustigada, tenho que não há como afastar o direito perquirido pelo recorrido. 6-Recurso conhecido e improvido à unanimidade. (AGRAVO 1311717-5/01, Rel. Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7ª Câmara Cível, DJ de 24/11/2009).

Devido ao posicionamento adotado por este Tribunal, fui voto vencido no julgamento da Apelação Cível nº 133719-7, com data de julgamento em 31/03/2011:

ADMINISTRATIVO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. APOSENTADORIA. PAGAMENTO EM PECÚNIA. MODIFICAÇÃO NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL. DIREITO ADQUIRIDO. APELO PROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA. 1-O diploma legal anterior à Emenda Constitucional nº 16/99 proporcionava ao recorrente o direito à licença-prêmio em qualquer forma que ela pudesse ser apresentada (gozo ou conversão em pecúnia) e, deste modo, não havia qualquer vínculo com o tempo em que o apelante viesse a postular sua aposentadoria. Nesta conjuntura, pelo exame da documentação acostada aos autos, sobretudo docs. às fls. 18 e 33, verifica-se que o autor/apelante demonstrou suficientemente ter adquirido o direito à referida vantagem, quando ainda na ativa, não havendo gozado a mesma até sua aposentação, tampouco a utilizado para contagem de tempo de serviço. 2-Em sendo assim, não cabe falar em mera expectativa de direito, pois à época da legislação vigente o servidor já havia alcançado os requisitos exigidos, estando tal direito já perfeitamente inserido no seu âmbito jurídico-patrimonial. 3-Ademais, o fato de o servidor não gozar a licença prêmio por opção não lhe retira o direito de pleitear a





148

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

indenização, sendo certo que a negativa da conversão equivaleria a enriquecimento ilícito da Administração. 4-Apelo provido para julgar procedente a ação originária e converter em pecúnia a licença prêmio não gozada, invertido o ônus sucumbencial, fixado em 5% sobre o valor da condenação. 5-Decisão por maioria. – Por maioria de votos, deu-se provimento nos termos do voto do revisor, vencido o relator, Des. Bandeira de Mello.

O referido aresto foi, posteriormente, objeto dos Embargos Infringentes, em cujo julgamento, realizado pelo 1º Grupo de Câmaras Cíveis, foi ratificado o entendimento acima transcrito (DJ de 21/03/2012):

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICENÇA-PRÊMIO, ADQUIRIDA ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 16/99, E NÃO GOZADA PELO SERVIDOR EM ATIVIDADE, NEM MESMO UTILIZADA PARA O CÔMPUTO DA APOSENTADORIA. REQUERIMENTO DE PAGAMENTO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. DIREITO ADQUIRIDO. 1. Este Tribunal de Justiça de Pernambuco já firmou entendimento acerca da matéria, no sentido de, tendo o servidor se aposentado sem gozar a licença prêmio ou utilizá-la para fins de aposentadoria, tem direito de receber a referida licença, em pecúnia, desde que tenha preenchidos os requisitos para a concessão da licença até a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 16/99 do Estado de Pernambuco, que se deu em junho de 1999. 2.Embargos infringentes rejeitados. À unanimidade, negou-se provimento aos infringentes, nos termos do voto do Relator e do Revisor, que acompanhou o voto do Relator na íntegra. (grifei) EI 1337197 PE. Relator: Des. Francisco Eduardo Goncalves Sertorio Canto. Julgado: 21/03/2012. (grifei)

No caso dos autos, quando da edição da Emenda Constitucional nº 16/99, o apelado já havia adquirido o direito a uma licença-prêmio, tendo direito, portanto à percepção em pecúnia de licenças-prêmio não gozada, quando da passagem para a inatividade.

Ante o exposto, e em homenagem à necessária função uniformizadora do direito, ressalvo o meu entendimento pessoal, porém curvo-me ao entendimento desta Corte, razão por que **dou provimento ao apelo voluntário**, em ordem a julgar procedente o pedido, condenando o Estado de Pernambuco a pagar ao autor o valor em pecúnia da licença prêmio não gozada”.

O acórdão embargado é, pois, claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria.

Com esses fundamentos, conheço dos presentes embargos porém **nego-lhes provimento**.

Recife, 02 de maio de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator